



Porto Alegre, 05 de março de 2025.

Informação nº 366/2025

Interessado: Município de Rio Grande/RS – Poder Legislativo.
Consulente: Roger Martins Da Rosa, Procurador.
Destinatário: Presidente da Câmara de Vereadores.
Consultores: Gabriele Valgoi e Armando Moutinho Perin.
Ementa: Análise acerca da viabilidade jurídica do Projeto de Lei nº 15/2025, de autoria parlamentar, que “Institui o programa “Poesia no ônibus” no âmbito do Município [...]”.

Através de consulta registrada sob nº 11.026/2025, é solicitada análise de Projeto de Lei, de autoria parlamentar, que pretende estabelecer, em âmbito local, Programa denominado “Poesia no ônibus”.

Passamos a considerar.

1. O exercício da competência legiferante pelo Município.

1.1 A Constituição Federal estabelece no art. 23, incisos III e V, a competência comum a todos os entes federativos, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, e proporcionar os meios de acesso à cultura à população.

1.2 Deste modo, se insere dentre as competências do Município, no pleno exercício de sua competência para legislar acerca de assuntos de

interesse local, nos moldes do art. 30, inciso I da Constituição Federal, a instituição de programa municipal voltado ao desenvolvimento de ações que assegure o acesso à cultura, como é o caso.

2. O exercício da iniciativa parlamentar em razão da matéria.

2.1 No que se refere ao exercício da iniciativa legislativa da proposição, segundo o art. 30, da Lei Orgânica do Município, como regra, a iniciativa das leis "[...] cabe a qualquer Vereador, ao prefeito e ao eleitorado que a exercerá sob forma de moção articulada, subscrita".

2.2 Nesse sentido, segundo entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal – STF, no Tema nº 917: *“Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos”*.

2.3 Recentemente, inclusive, a Corte Constitucional se manifestou afirmando que “[...] o fato de a lei municipal ter atribuído encargos ao Poder Público municipal, para a concretização do direito social à saúde, não torna a lei, por si só, inconstitucional, pois ‘não ofende a separação de poderes, a previsão, em lei de iniciativa parlamentar, de encargo inerente ao Poder Público a fim de concretizar direito social previsto na Constituição’ [RE 1.497.683, rel. min. André Mendonça, j. 19.08.2024, P, DJE de 04.09.2024.]”.

2.4. Deste modo, considerando que a proposição é adequada à competência do Município, e, embora crie despesas, não adentra em quaisquer das matérias de competência privativa do Prefeito, entendemos que não há vícios formais de constitucionalidade que maculem sua tramitação.

3. Da legística aplicada a proposição.

No que se refere a legística restam plenamente atendidas as disposições da Complementar nº 95/1998, que “Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal [...]”.

4. Dos aspectos financeiros e orçamentários.

4.1 Deve o proponente atentar que ao dispor acerca de ações que acarretem criação ou aumento de despesas ao Município, como no caso, não é suficiente a previsão contida no art. 6º da proposição. Isso porque, conforme a exigência do art. 167, inciso I, da Constituição Federal, é vedado “o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual”, de modo que, para que a proposição não reste maculada pelo vício material de constitucionalidade, deve indicar a previsão orçamentária que dará suporte às medidas.

4.2 Portanto, em se tratando da tramitação de proposição que crie ou aumente despesas obrigatórias, ou gere renúncia de receitas, deverá se fazer acompanhar pela estimativa do impacto orçamentário e financeiro, como condição prévia à tramitação na Casa Legislativa, tendo em vista as disposições dos arts. 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

5. Conclusão



Pause & Perin - Advogados Associados

Somar experiências para dividir conhecimentos

OAB/RS 7.512

Diante do exposto, entendemos pela viabilidade da proposição, eis que ausente de vícios formais de constitucionalidade, devendo, ainda serem atendidas as exigências trazidas no item 4 desta Informação.

São as informações.

Documento assinado eletronicamente

Gabriele Valgoi

OAB/RS nº 79.235

Documento assinado eletronicamente

Armando Moutinho Perin

OAB/RS nº 41.960



Este é um documento eletrônico assinado digitalmente conforme o art. 1º, § 2º, inciso II, da Lei Federal nº 11.419/2006, de 19/12/2006. Para conferência do conteúdo, acesse, o endereço www.pauseperin.adv.br/verificador.php ou via QR Code e digite o número verificador: 969062479035230872

